

Fundamentação Teórica

Neste trabalho faço uso de narrativas como objeto de análise do discurso, a fim de buscar entendimentos sobre a forma como crenças religiosas impactam aspectos cruciais da vida social. Para isso, as análises de narrativas aqui realizadas considerarão, na medida do possível, o contexto em que o testemunho se dá, compreendendo que este (i) constitui-se numa ação social de caráter coletivo e que (ii) só quando convenções interpretativas estão sendo compartilhadas – quando os ouvintes compartilham pistas de contextualização dos falantes – a interação transcorrerá de forma tranquila (SCHIFFRIN,1994); alguns princípios e conceitos estabelecidos por Goffman, abordados a seguir, desempenham um importante papel para a construção da discussão que estabeleço neste estudo.

3.1.

A Sociolinguística Interacional e a análise de testemunhos

A sociolinguística interacional, doravante SI, é uma perspectiva científica e metodológica interdisciplinar que, por sustentar haver uma relação entre linguagem, sociedade e cultura, faz uso de subsídios teóricos oriundos tanto de pesquisas linguísticas e antropológicas quanto sociológicas. Tais construtos são usados como instrumentais a fim de possibilitar a reflexão e a descrição de

evidências da relação existente entre indivíduo, linguagem e sociedade.

As principais contribuições provenientes do campo sociológico foram dadas pelo sociolinguista Erving Goffman, que forneceu uma descrição de como a linguagem é situada em circunstâncias particulares da vida social, mostrando como essa compreensão pode ajudar a retratar, acrescentar sentido e moldar essas mesmas circunstâncias (SCHIFFRIN, 1994). Já a influência da antropologia na SI veio através de John Gumperz, que julgou os conhecimentos de natureza cultural e interacional – responsáveis pelos processos inconscientes e automáticos de interpretação e inferência (cf. SHIFFRIN, 1996; apud BIAR, 2012) - como sendo mais importantes do que o conhecimento gramatical, uma vez que é a partir daqueles que a ideologia penetra nas práticas de interação de determinada comunidade (idem).

É Gumperz quem sustenta a bandeira de que o significado, a estrutura e o uso da linguagem são social e culturalmente relativos (SCHIFFRIN, 1994). Ele argumenta que durante um processo comunicativo, primeiramente os falantes captam pistas externas e as traduzem em estratégias de comportamento adequadas; posteriormente, essas estratégias de comportamento são traduzidas em símbolos verbais adequados.

Ora, estando uma mensagem verbal indelevelmente marcada pelos participantes (falantes, ouvintes e plateias), pelas condições locais e pelo tópico a ser desenvolvido (GUMPERZ, 2013 [1972]), as pesquisas do antropólogo e linguista descreveriam como os conhecimentos que o falante possui do repertório linguístico, da cultura, da estrutura social, bem como sua capacidade de relacionar esses conhecimentos às restrições ou bases contextuais, serão determinantes em qualquer processo comunicativo (idem). Uma vez que se tornou premissa da SI situar ecologicamente uma atividade de fala e que a situação social é aspecto fundamental numa análise como a que se propõe este trabalho, apresento agora, de forma abreviada, seus principais conceitos, a saber: cenário, situação e evento social, pistas de contextualização e estruturas de participação, considerados basilares para o processamento que o falante faz da informação contextual.

O termo cenário indica um espaço delimitado, definido pelos participantes

como socialmente distinto de outros espaços e no qual se desenrolam os eventos e as atividades de fala (GARCEZ & RIBEIRO, 2013). Para Gumperz, são as características socialmente significativas do cenário que nos possibilitam “relacionar as oportunidades de ação a restrições impostas a tal ação” (BLOOM e GUMPERZ, 2013 [1972], p.65).

Num mesmo cenário pode-se configurar uma ampla variedade de situações socialmente distintas, “um ambiente que proporciona possibilidades mútuas de monitoramento (...) e que emerge a qualquer momento em que dois ou mais indivíduos se encontram na presença imediata um do outro” (GARCEZ & RIBEIRO, 2013, p.264). No caso desta pesquisa, os cenários seriam, num primeiro plano, os templos das igrejas e, num segundo nível, qualquer ambiente onde um dispositivo eletrônico (como TV, celular ou computador) seja utilizado para difundir tais eventos linguísticos ou, em outras palavras, qualquer lugar onde o uma pessoa esteja a assistir a um testemunho alinhado à Teologia da Prosperidade.

Quanto à situação social, Barth (1966; apud BLOOM e GUMPERZ, 2013 [1972]) a entende como aquela que cria a base para a ocorrência de uma escala limitada de relações sociais dentro da ordem de conjuntos específicos de status, seja, dos sistemas de distribuições complementares de direitos e deveres. Por sua vez, tal restrição à interação, ocasionada pela mudança dos participantes e/ou do objeto da interação, implica a possibilidade ou necessidade de uma outra definição para uma determinada situação social; trata-se do evento social. Assim, as situações sociais seriam cultos evangélicos, alguns deles voltados especificamente para a busca da prosperidade financeiro-material. Por seu turno, os eventos sociais se distinguem por suas estruturas sequenciais e caracterizam-se por se desenvolverem ao redor de uma quantidade limitada de tópicos. Lançando um olhar sobre os dados, reconheceremos rapidamente que os eventos são testemunhos de “bênção financeira”.

Vê-se então que cenário, situação social e evento social representam graus de apuramento/acurácia do falante no processamento que faz da informação contextual. Isso quer dizer que para identificar a situação social (e por conseguinte

inferir intenções e apreender expectativas), ele terá de considerar não somente a natureza do cenário (cf. BLOOM e GUMPERZ, 2013 [1972]) mas também as chamadas pistas de contextualização. Conforme Gumperz,

(...) é através de constelações de traços presentes na estrutura de superfície das mensagens que os falantes sinalizam e os ouvintes interpretam qual é a atividade que está ocorrendo, como o conteúdo semântico deve ser entendido e como cada oração se relaciona ao que a precede ou sucede. Tais traços são denominados pistas de contextualização. Na maioria dos casos, elas são usadas e percebidas irrefletidamente, mas raramente observadas em nível consciente e quase nunca comentadas de maneira direta (2013 [1982], p.152).

As pistas de contextualização, portanto, contribuem para a sinalização de pressupostos contextuais (idem) e podem ser representadas por traços linguísticos (expressões pré-formuladas, escolhas lexicais e sintáticas, aberturas e fechamentos conversacionais) e paralinguísticos (como hesitações, entoação, ritmo). O valor que tais sinais adquirem está atrelado ao reconhecimento dos mesmos por parte dos falantes, ou seja, é o grau de partilhamento do conhecimento de suas funções social e culturalmente situadas que determinará o sucesso ou o fracasso da comunicação (BIAR, 2012). Por fim, pode-se dizer que as contribuições teóricas advindas da sociologia contribuíram bastante para desconstruir a velha dicotomia falante/ouvinte, denominação classicamente usada para demonstrar os papéis dos participantes de uma interação. E foi a introdução da noção de ratificação uma das guinadas que mais contribuiu para a formulação de um postulado fundamental para as atuais análises de base sociointeracionais, a saber, o de estruturas de participação.

Chama-se estrutura de participação às configurações, dentro de um evento ocorrido numa situação, da ação conjunta dos participantes de uma interação. Esta configuração pode envolver desde o arranjo logístico no cenário até a distribuição dos direitos e deveres mútuos dos diferentes participantes não somente a quem pode falar e quem deve ouvir mas também ao próprio modo de falar, ouvir, obter o turno, mantê-lo e conduzi-lo no decorrer da atividade (GARCEZ & RIBEIRO, 2013). O conceito de estrutura de participação pode ser entendido como um princípio organizacional dos participantes de uma interação que “englobam maneiras de falar, de ouvir, de obter o turno, mantê-lo e conduzi-lo (ERICKSON

& SHULTZ,1981; apud BASTOS E BIAR, 2009, p.4); esse conceito associa-se diretamente às noções de ratificação e de fala ratificada.

A primeira é entendida como a autorização que uma audiência recebe, através de sinais de natureza diversa, por parte de quem fala (PHILIPS; apud idem); assim sendo, fala ratificada é definida como sendo endereçada a um ou mais interlocutores específicos dentre os participantes. Interessante notar que se por um lado um ouvinte ratificado é reconhecido quando ele é, potencialmente, um falante dos turnos seguintes, este também sinaliza, por sua vez, ao falante o seu *status* de ouvinte endereçado da fala que lhe está sendo dirigida; é a noção de ratificação, portanto, que faz com que haja diferentes tipos de ouvinte:

aqueles para os quais a fala está sendo sinalizadamente dirigida; aqueles que, por alguma razão circunstancial, estão num dado momento ouvindo, ainda que a fala não seja a eles dirigida; aqueles para quem a fala sem dúvida está sendo dirigida, ainda que de maneira não sinalizada, entre outros, a depender de elementos culturais e situacionais (...) (BASTOS & BIAR, 2009, p.4-5).

A quebra de tal estrutura torna os comportamentos dos participantes da interação suscetíveis a serem percebidos como socialmente não apropriados (GARCEZ & RIBEIRO, 2013).

3.2.

A noção de Narrativa

Esta pesquisa tem caráter interpretativista e será construída com base na análise de narrativas de pessoas alinhadas ao sistema de coerência (LINDE, 1993) da Teologia da Prosperidade; os dados foram gerados a partir de programas veiculados pela TV ou disponíveis em meio virtual. As narrativas analisadas são pessoais (em primeira pessoa), naturais (não-literárias) e orais, opção que se justifica pelo fato de que, em nossa cultura, contar histórias por meio de narrativas orais constituir-se numa “forma privilegiada de projeção de sentido para a experiência humana” (BASTOS & FABRÍCIO, 2009, p.42); em outras palavras, narrativas atuam como ferramentas que possibilitam aos narradores interpretar eventos passados, transformando-os em experiências inteligíveis.

Linde (1993, p.11), por exemplo, lembra-nos que “uma história de vida (...) convencionalmente inclui certos tipos de eventos marcantes, como a escolha de uma profissão, casamento, divórcio, e conversão religiosa ou ideológica, se houver”. Assim, dada a centralidade dessa prática social em neste trabalho, importa fazer aqui uma pequena digressão sobre esse que é um dos “principais modos de conhecer e discursivamente interagir com a realidade” (GEORGAKOPOULOU, 1997a, p.1).

Segundo Brockmeier & Carbaugh (2001, p.1), “poucas perguntas na literatura e pensamento ocidental têm história mais longa, mais profunda e mais vívida do que a de como damos significado às nossas vidas (...)”, isto é, como construímos nossas vidas e como criamos a nós mesmos nesse processo de construção. Estudos baseados em narrativa e em sua análise, realizados por diferentes áreas do conhecimento, têm atualmente trazido novas perspectivas de resposta para tais indagações, posto que se dedicam à reflexão, estudo e discussão dos diversos processos envolvidos na compreensão da construção da identidade humana. Embora seja uma tarefa arriscada, Riessman lança luz sobre o conceito de narrativa, arrolando alguns sentidos comuns às inúmeras situações em que o termo pode ser utilizado:

nas narrativas cotidianas, um narrador conecta eventos em uma sequência que faz relação a ações anteriores e aos significados que ele quer que seu ouvinte obtenha da história. Assim, os eventos entendidos como importantes para o narrador são selecionados, organizados, conectados e avaliados como significativos para uma audiência particular. (RIESSMAN, 2008, p.3).

Portanto, uma das principais exigências para que uma fala ou escrita se constitua numa narrativa é a presença daquilo que os estudiosos chamam de contingência, ou seja, a imposição de padrões de significado naquilo que, de outro modo, seria aleatório e desconectado (idem, p.5). Outra característica importante da narrativa é que ela é estratégica, funcional e intencional; para Freeman (apud RIESSMAN, 2008, p. 8):

Isto não significa afirmar que a intencionalidade das narrativas é sempre consciente e deliberada; os fins que têm sido alcançados podem ser completamente obscuros para aqueles de quem as narrativas são. Pelo contrário, a alegação é simplesmente que narrativas, como ferramentas para se fazer sentido, inevitavelmente fazem coisas – para pessoas, para instituições sociais, para cultura, e mais.

Investigações sistemáticas de todas as formas e gêneros de narrativa não-ficcional e comunicação cotidiana eclodiram após os estudos de William Labov e Joshua Waletzky – considerados basilares por muito estudiosos – terem sido apresentados num encontro da Sociedade Americana de Etnologia, em 1966. De fato, tais estudos são ainda ponto de partida de vários pesquisadores da narrativa, os quais têm proposto “revisões, extensões e elaborações de sua proposta inicial” (apud BASTOS & FABRÍCIO, 2009, p.44).

Foi ao longo dos estudos sobre a linguagem vernacular que Labov notou que narrativas de tipos mais desenvolvidos possuíam algumas características comuns em suas estruturas. A essas seções ou segmentos ele denominou de *sumário (ou resumo)*, *orientação*, *complicação*, *avaliação*, *resolução* e *coda*. Para ele, a semelhança estrutural entre histórias contadas por diferentes narradores não se daria por acaso, uma vez que cada uma dessas partes não apenas sugere, mas acaba mesmo por endossar o agenciamento do narrador durante um evento narrativo; assim, os efeitos de sentido alcançados em cada um desses momentos da narrativa colaboraram com o narrador não só na construção mas também na extração de significados do mundo em que ele se insere.

Como se poderá perceber nas análises realizadas neste trabalho, cada segmento narrativo tem o poder de engajar a audiência (plateia e/ou telespectadores) na experiência do narrador. Conscientemente ou não, todos “contamos histórias para persuadir ou convencer através da comoção” (GEORGAKOPOULOU, 1997a, p.13) e o narrador de uma história de sucesso financeiro vinculada à TP sabe que eventuais respostas críticas do público ouvinte e solicitações de provas de veracidade devem ser desencorajadas a favor de um engajamento emotivo na narrativa (idem).

Posto isso, embora seja inapropriado considerar narrativas como representações acuradas de eventos passados, realizo aqui um resumo do modelo laboviano¹ pelos motivos que mencionarei mais adiante e também porque importantes pesquisadores da área recomendam que se tente depreender o “esqueleto” de uma narrativa quase sempre com base em propostas que se

¹ A perspectiva laboviana propunha uma correspondência exata entre sequência de eventos narrativos e eventos reais.

baseiam no modelo laboviano inicial (apud BASTOS & FABRÍCIO, 2009, p.44).

O primeiro segmento narrativo mencionado por Labov é o *sumário*, o qual está geralmente situado no início da narrativa, abarcando o ponto da história; em suas poucas linhas, praticamente resume a história, recobrando o mesmo período de tempo que a narrativa. O segundo segmento descrito é a *orientação*, a parte da narração em que o narrador fornece alguns dados contextuais relativos à história, como por exemplo, o tempo, o lugar, as personagens ou a situação (quando, onde, o que, quem).

As *ações complicadoras* são a sequência temporal de enunciados e constituem a espinha dorsal da narrativa; elas respondem à pergunta “o que aconteceu então?” (GEORGAKOPOULOU, 1997b, p.9); a *avaliação* é onde se encontra a “razão de ser da história” (LABOV, 1972, p.366) ou o trecho em que o ouvinte poderá entender por que a história foi ou está sendo contada; aqui também é onde o narrador fornece sua perspectiva dos acontecimentos.

A *resolução* é tida como o momento de encerramento dos eventos, apontando para o resultado das ações complicadoras. Já a *coda* – que pode se apresentar na forma de uma observação geral – é uma das várias formas disponibilizadas ao narrador para sinalizar à audiência que a narrativa terminou, transportando-a do tempo da narrativa para o tempo real. Esse trecho da narrativa também pode conter observações gerais ou mostrar o efeito dos eventos sobre o narrador.

Apesar de os estudos de Labov e Waletzky – ainda permeados por uma visão estruturalista – estarem preocupados em identificar os aspectos formais gerais e/ou os segmentos de uma narrativa bem formada, pode-se considerar que suas pesquisas abriram caminhos para a exploração de usos situados das estruturas narrativas. De fato, atualmente há maior propensão em investigá-las através de análises culturais, tanto das formas quanto dos contextos pelas quais e nos quais as histórias são contadas (BROCKMEIER e CARBAUGH, 2001).

Diferentemente das narrativas que aqui busco interpretar, histórias que emergem numa conversa espontânea (desencadeadas por eventos do entorno, por exemplo) geralmente prescindem de categorias não obrigatórias como o sumário e

a coda (GEORGAKOPOULOU, 1997b). Nesta pesquisa, contudo, o modelo estrutural referido (típico de histórias elicítadas, como as que serão analisadas neste trabalho) será levado em consideração. Isso porque embora os testemunhos alinhados à TP caracterizem-se por uma audiência que compartilha das mesmas redes de crença e pressupostos do narrador, tal público (alcançado por meio de mídia televisiva ou virtual, em sua maioria) quase sempre está longe de ter algum tipo de familiaridade com as circunstâncias ou personagens dos eventos a serem narrados, o que faz com que o narrador tenha, frequentemente, de prover longas seções de orientação².

3.2.1.

Concepções atuais sobre narrativa

A narrativa é um tipo de discurso. Tal é a perspectiva adotada neste trabalho, a qual permite mostrar seu protagonismo como intermediária entre o mundo canônico da cultura e o mundo mais idiossincrático das crenças (no caso, aquelas que compõem o sistema da teologia da prosperidade). Como se poderá verificar, uma narrativa faz uso de vários recursos com o intuito de tornar plausível os acontecimentos excepcionais que emergem proficuamente nos diversos testemunhos dos adeptos dessa concepção do evangelho.

Para Ricoeur, a narrativa é um modo de organização da experiência através da qual uma miríade de sequências ligam-se umas às outras (apud BRUNER, 1997); em vez de simplesmente imitar a vida, onde a ordem da narrativa seria determinada pela ordem em que elas aconteceram, a narrativa seria “uma elaboração e aprimoramento do que aconteceu” (idem, p.48).

Sequencialidade, indiferença factual, manejo dos afastamentos do canônico e dramaticidade são as quatro principais características desse evento, segundo Bruner (idem). A *sequencialidade* é definida como uma sucessão de ocorrências (envolvendo seres humanos como personagens ou atores) cujo significado é dado pelo lugar que os acontecimentos ocupam na configuração

² A seção de *orientação* localiza-se no início da narrativa, depois do *abstract*; na prática, porém, muito desse material é colocado em pontos estratégicos, posteriormente.

geral da sequência como um todo (enredo); esse arranjo será fundamental no momento da construção do significado de uma história.

Entende-se assim que, se por um lado é necessário captar o próprio enredo configurador da narrativa para extrair significado dos eventos (que devem ser relacionados ao enredo), por outro lado a apreensão da configuração do enredo deverá ser extraída da sucessão de eventos. A segunda das propriedades – indiferença factual – é também bastante significativa para os objetivos deste trabalho. Através dela entende-se que uma narrativa “pode ser real ou imaginária sem perder seu poder como história” (BRUNER, 1997, p.47).

Recorrendo novamente a Ricoeur, entende-se que “a narrativa pode proceder mesmo com 'a suspensão da alegação referencial da linguagem comum', ou seja, sem obrigação de igualar-se a um mundo de realidade” (1982; apud BRUNER, 1997, p.48). É essa pouca importância da história relativamente à realidade extralinguística que acaba por realçar o caráter discursivo das narrativas. Conjugando as duas características da narrativa supracitadas, pode-se entender que é a sequência das sentenças de uma narrativa – e não a verdade ou falsidade das mesmas – que determinará sua configuração geral ou enredo.

A terceira característica marcante da narrativa é o manejo de afastamentos do canônico, isto é, sua habilidade de estabelecer um elo entre o excepcional e o comum relativamente a um conjunto de normas de uma cultura; esse afastamento do que é estranho – e a consequente reiteração das normas de um grupo social – é feito pela capacidade que o narrador tem de lidar simultaneamente com canonicidade e excepcionalidade, através de um conjunto de procedimentos interpretativos pelos quais realiza uma renegociação de significados comuns a uma cultura. Assim sendo, as histórias e as interpretações dessas histórias tornam-se fundamentais para explicar desvios do comum de uma forma compreensível, oferecendo a “lógica impossível”, conforme se viu anteriormente. Para Bruner (1997, p. 50) a história “será quase invariavelmente o relato de um mundo possível, no qual se faz com que a exceção encontrada de algum modo faça 'sentido', sendo sua função” encontrar um estado intencional que atenua ou, pelo menos, torne compreensível um afastamento de um padrão cultural canônico.

Por fim, o caráter dramático estaria associado “aos desvios do canônico que apresentam consequências morais e afastamentos relacionados à legitimidade, ao compromisso moral, aos valores” (BRUNER, 1997, p.51); as histórias deveriam, então, “necessariamente, relacionar-se ao que é moralmente valorizado, moralmente apropriado ou moralmente incerto” (idem); sob esse prisma, o ato de contar uma história implica assumir uma posição moral, mesmo que uma posição moral contra as posições morais.

Embora tenham ampliado e aprofundado a compreensão geral sobre o que é narrativa e sobre o que elas fazem, alguns dos entendimentos relatados acima ainda fundamentaram-se num modelo dominante que não só definia narrativas com base em critérios exclusivamente textuais mas também privilegiava como objeto de estudo “narrativas longas, relativamente ininterruptas, com *accounts* de eventos passados (ou de história de vida) planejados ou controlados pelo falante, tipicamente elicitada em situações de entrevista de pesquisas” (GEORGAKOPOULOU, 2015, p.255).

Por isso, notava-se que uma gama de gêneros narrativos (alguns dos quais aparecerão nos dados aqui analisados) ainda não se enquadrava ao que o influente estudo de Labov (1972) descrevia como narrativa “clássica”: pode-se citar como exemplos os relatos com um grau de reportabilidade não tão elevado e destituídos, em certa medida, daquela instância moral relacionada ao caráter dramático da narrativa visto há pouco.

A tais relatos, que abarcam uma série de atividades narrativas sub-representadas e “atípicas”³, convencionou-se chamar de pequenas histórias; seus estudos incluem:

- multi ou não-linear desenrolar de acontecimentos sequenciados em outro tipo de fazer narrativo (...);
- ênfase em *world-making*, i.e., no contar de acontecimentos ordinários, corriqueiros (...);
- ênfase no desencaixamento e na recontextualização de uma história (...);
- coconstrução, entre narrador e audiências, do ponto de uma história, de acontecimentos, e de personagens (...) (GEORGAKOPOULOU, 2015, p.260).

³ Fala sobre eventos em curso, eventos futuros ou hipotéticos, eventos compartilhados (conhecidos) e também alusão a falas, postergação e recusas de fala (GEORGAKOPOULOU, 2006:130).

Para Duranti (2005, apud GEORGAKOPOULOU, 2015, p.260), a noção de pequenas histórias apresenta-se como “um modelo para”, não “um modelo de” análise narrativa, entendendo-se como “modelo para” aqueles menos restritivos, que possuem enquadres mais abertos para investigação, posto que não controlados rigidamente por seus proponentes nem por suas crenças originais. Portanto, sob a perspectiva dos estudos de pequenas histórias, a sequência de eventos, por exemplo – até então prototípica para a definição de narrativa – é vista hoje como necessária mas não como suficiente para que se encare um evento de fala como uma narrativa (ibidem, p.259).

Por fim, autores como Ryan (2008) e Georgakopoulou (2009) (cf. Georgakopoulou, 2015) acreditam que grandes histórias tendem a revelar, enganosamente, vidas e *selfes* coerentes, situados e bem planejados. Pequenas histórias, por seu turno, tornariam visíveis as inconsistências dos falantes, seus problemas de identidade e suas relações ambivalentes com grandes questões tais como raça, gênero, etnia, etc.

3.3.

Os processos de criação da coerência

Esta pesquisa considera que a Teologia da Prosperidade se constitui num sistema de coerência, o qual provê um ambiente no qual uma declaração pode ou não pode ser tomada como a causa de outra declaração (LINDE, 1993, p.163) ou, em outras palavras, um sistema de crenças pelo qual as ações narradas num testemunho de vitória financeira, por exemplo, podem ser entendidas e justificadas (idem, p.190). Antes, porém, de discorrer pormenorizadamente sobre esse conceito que, a meu ver, corresponderia ao que Bruner chama de sistema cultural de interpretação (1997), é preciso estar ciente de que a coerência, dentro desses sistemas de interpretação, não é uma propriedade absoluta de um texto desencarnado, não situado; tampouco deve ser avaliada com base em acontecimentos do mundo factual, pois

o processo de construção de uma história de vida como coerente deve ser analisado

independentemente da veracidade ou falsidade de eventos particulares, personagens, e sentimentos que são usados para constituir a história. Seria difícil ou impossível avaliar a veracidade das histórias contadas, e tal avaliação adicionaria pouco ou nada ao nosso entendimento sobre a criação da coerência (LINDE, 1993, p.16).

Dessa forma, pode-se dizer, em primeiro lugar, que a coerência é fenômeno que se estabelece (i) entre partes do texto; (ii) entre uma parte do texto e o texto como um todo; e (iii) entre o texto e um outro texto do mesmo tipo⁴.

Em segundo lugar, a coerência também deve ser compreendida como o resultado de uma ação conjunta entre o falante e o receptor (ouvinte ou telespectador). Tanto é assim que é possível haver um texto construído de forma indubitavelmente coerente para o falante que pode não o ser para a sua audiência; em alguns casos, pode haver inclusive a necessidade de negociações posteriores sobre o significado do texto; em verdade, tal fato é bastante raro, uma vez que, normalmente, somos bastante hábeis na tarefa de construir e alcançar a coerência (LINDE, 1993, p.12 e 16). Por fim, é interessante observar que o processo de criação da coerência tem sido visto também tanto como uma demanda tanto social como pessoal. Neste último caso, para preencher nossa necessidade de compreender nossa vida como algo que faz sentido; no primeiro, a fim de que apareçamos como membros competentes de nossa cultura.

3.3.1.

Os princípios de coerência

Chama-se princípio de coerência à prática social de estabelecer uma “causalidade adequada” entre os eventos de uma história. Narradores criam uma causalidade adequada quando o elo de causalidade que estabelecem entre os fatos de sua narrativa passam a ser tomados pelo receptor como aceitáveis ou satisfatórios para aquela sequência de eventos.

“Parte da tarefa do falante na criação de uma causalidade adequada é estabelecer um elo de causalidade que não seja nem tão espesso nem tão tênue; isto é, o falante deve dar causalidade suficiente, mas não muita. Quando muito tênue, um

⁴ As partes do texto e o texto em nossa pesquisa são, respectivamente, as partes do testemunho e o próprio testemunho.

acontecimento sugere que a vida acontece de forma aleatória, sem direção. Quando muito espesso, um acontecimento sugere que o falante implicitamente aceita a determinista ou fatalista teoria da 'causalidade'. Nenhum desses extremos é geralmente aceitável e, portanto, cada um está sujeito à correção" (LINDE, 1993, p.128).

É necessário salientar que no caso das narrativas que emergem nos testemunhos aqui analisados, ainda que os elos de causalidade entre uma sequência de acontecimentos não pareçam razoáveis a muitos que não integram o sistema cultural da TP, de alguma maneira eles ainda podem ser vistos como aceitáveis. Tal fato se deve, em parte, a um forte elemento de criatividade individual uma vez que, conforme Linde (idem, p. 128), “a habilidade ou inépcia de um indivíduo ao ‘moldar’ sua narrativa pode também determinar se uma dada sequência é aceitável para seus destinatários”.

Mas se deve também (e principalmente) ao sistema cultural em que se manifestam, ou seja, relaciona-se ao estoque de crenças que narrador e ouvinte estão a compartilhar. Nas narrativas de escolha profissional, por exemplo, relatadas em *Life Stories*, temperamento e habilidades pessoais são tidos como motivos plausíveis para uma opção profissional.

Além disso, se no caso das narrativas de escolhas de profissão analisadas nesse livro “uma correta e adequada causalidade requer que o narrador estabeleça que o protagonista exerceu correta e suficiente agência” (LINDE, 1993, p.127 e 128), no caso das narrativas alinhadas à TP esse critério de adequação sofre um revertério. Para ser mais claro, diria que a falta de agência do narrador da história relativamente a alguns eventos-chave dos testemunhos (como o recebimento de um aumento salarial ou ascensão a um cargo de chefia, por exemplo) não tornam a causalidade inadequada; antes, acabam mesmo por contribuir para as construções de sentido pretendidas para a história, conforme se verá no capítulo de análises.

3.3.2.

Os sistemas de coerência

Sistema de coerência é um dispositivo cultural mais global que o princípio

de coerência, sendo utilizado para a organização de experiências numa narrativa compartilhada socialmente. Pode ser também entendido como uma “prática discursiva que provê um ambiente no qual uma declaração pode ou não pode ser tomada como a causa de outra declaração” (LINDE, 1993, p.163). Tal noção relaciona-se a de sistema de crenças ou sistema cultural de interpretação, que, para Bruner (1997), seria um dos mais poderosos instrumentos constitutivos de uma cultura, com princípio organizador narrativo, e não conceitual:

“constituem um conjunto de descrições mais ou menos conectadas, mais ou menos normativas, sobre como os seres humanos “pulsam”, como é a nossa própria mente e como são as dos outros, o que podemos esperar que seja uma ação situada, quais são os estilos de vida possíveis, como nos comprometemos com eles e assim por diante.” (BRUNER, 1997, p.40-41).

As “descrições mais ou menos conectadas” referidas acima se configuram de forma a adquirir uma *coerência* que torna plausíveis os estados intencionais (acreditar, desejar, pretender, comprometer-se) dos que compartilham de um determinado sistema de crenças, tal como os autores dos testemunhos aqui analisados. Assim, embora (aos que não compartilham do mesmo sistema de coerência) soe absurdo alguém enviar uma oferta de cinco ou dez mil reais em resposta ao apelo de um pastor feito num programa de TV, ou alguém doar seu automóvel como um ato de sacrifício em busca de prosperidade financeira, é preciso ter em mente que “a forma desses estados intencionais se realiza apenas através da participação em seus sistemas simbólicos de cultura” (BRUNER, 1997, p.39).

O conceito de sistema de coerência que utilizo aqui, no entanto, não é correlato ao de sistema cultural, de Bruner; na verdade, trata-se, especificamente, de um sistema semiespecializado, que ocupa uma posição intermediária entre o sistema popular do senso comum e o sistema especializado (estes também estruturados por rede de crenças).

Por senso comum entende-se o grupo de crenças compartilhado por todos os membros de uma determinada cultura, isto é, conhecido – mesmo que não compartilhado – de qualquer pessoa desta cultura e disponível a quem deles queira fazer uso; pode-se dizer que “seus pressupostos são tão óbvios e transparentes

para os membros de uma cultura que eles têm dificuldade de percebê-los como tal” (LINDE, 1993, p.18).

Um sistema especializado, por sua vez, são crenças e relações entre crenças sustentadas, compreendidas e adequadamente utilizadas por especialistas em uma área específica do conhecimento (idem, p.163); a psicologia freudiana, a psicologia behaviorista (ou comportamentalista), a astrologia e o catolicismo, por exemplo, tem no psicanalista, no psicólogo praticante, no astrólogo e no sacerdote, respectivamente, seus próprios peritos.

No entanto, os sistemas semiespecializados – de que o sistema de coerência da TP é um exemplo –, posto que derivados dos sistemas especializados e tidos como suas versões populares⁵, podem (e são) utilizados por pessoas sem perícia ou necessária credencial (ibidem, p. 163). Tal vem a ser a condição dos narradores dos testemunhos analisados nesta pesquisa, isto é, pessoas que, independentemente de seu status relativamente a uma área de conhecimento, compartilham de um sistema de coerência e sobre esta rede de crenças construirão os *accounts* de suas histórias.

Dentre os vários tipos de sistemas que podem ser usadas para dar sentido a alguns posicionamentos do protagonista (do qual o narrador se distanciou) ante alguns eventos de uma história, existem os mais locais (tal como os que descrevem a maneira correta de comer para manter uma condição saudável, por exemplo) e aqueles que possuem uma razoável pretensão de completude, os quais se propõem a dar explicações para a maioria (se não todas) as esferas da existência humana.

É nesse último tipo que se enquadram a maioria dos sistemas religiosos (LINDE, 1993, p.165). Assim sendo, defendo que a TP não constitui propriamente um sistema religioso, mas sim uma vertente interpretativa adotada por alguns grupos protestantes, uma espécie de sistema limitado, através do qual os que dele compartilharem poderão “aprender” o caminho do sucesso financeiro, amoroso e

⁵ Uma versão popular usa um número bastante reduzido de conceitos presentes no sistema especializado do qual deriva. Um astrólogo profissional, por exemplo, ao olhar para a versão popular do sistema especializado da astrologia, perceberia um empobrecimento daquele ao considerar somente o nascimento ou o signo solar e desconsiderar o signo ascendente, a lua, e outros aspectos importantes de um mapa astral (LINDE, 1993).

do gozo da saúde plena.

Por fim, pode-se dizer também que o sistema de coerência da TP é um sistema explícito, uma vez que as pessoas que dele compartilham revelam seu comprometimento com práticas tais como o comparecimento a reuniões de campanhas ou contribuições financeiras (idem, p. 189); há sistemas que são extremamente obscuros – cujas crenças estão implícitas numa cultura que não exige nenhum tipo de submissão ou obediência e que, sem uma análise cuidadosa do leitor ou ouvinte, passam despercebidas como teorias, parecendo, em vez disso, ser apenas outro exemplo do jeito normal de contar fatos (ibidem, p.189).

3.4.

Revisão de literatura

Ultimamente tem se observado uma crescente secularização da religião, destituindo-a de seu monopólio na “atribuição de sentido ao viver social” (SANCHIS, 2013, Não paginado), fato que tem provocado mudanças na configuração religiosa da sociedade brasileira, tais como a crescente emergência individual e desinstitucionalização (ver TEIXEIRA e MENEZES, 2013).

Paradoxalmente, esse fenômeno se dá articuladamente com uma reemergência do sagrado na vida social e na experiência pessoal (idem). Esse quadro tem despertado crescente interesse não só no campo dos estudos teológicos, mas também nas áreas das ciências sociais e humanas⁶.

Observa-se que o foco acadêmico relacionado ao grupo religioso adepto do protestantismo tem se debruçado mais comumente sobre o estudo de diversos aspectos relacionados a igrejas que experimentaram grande crescimento nas últimas décadas, tais como a IURD (BRONSZTEIN e PEREIRA, 2014; TEIXEIRA, 2014) e a I.M.P.D. (BITUN, 2007; ZANINI, 2009). E embora haja também alguns trabalhos cujo tema central seja a TP (BARBIERI Jr., 2007; RODRIGUES, 2002), tais estudos usualmente circunscrevem-se às práticas dessa teologia na IURD.

⁶ Na 28ª reunião bianual da ABA (Associação Brasileira de Antropólogos) os temas da antropologia da religião foram o segundo mais representado.

Em minha pesquisa bibliográfica, encontrei somente dois trabalhos que abordavam a TP sob uma perspectiva linguística: um artigo (SOUSA, 2011) e uma tese (SILVEIRA, 2007); o primeiro faz uma análise da retórica dos pregadores da prosperidade e da historicidade que subjaz em seus discursos por meio das categorias utilizadas na Análise do Discurso de base enunciativa, de tradição francesa, a fim de tentar compreender sua articulação com o mundo social, político e econômico; o segundo faz um estudo de recursos retórico-argumentativos da Teologia da Prosperidade manifestos em igrejas pentecostais e neopentecostais.

Não obstante estas últimas produções também se situem no campo de estudos da linguagem, este trabalho de dissertação parece ser o pioneiro na tentativa de entender a TP como um sistema de coerência (cf. LINDE, 2003) e, principalmente, estudá-la sob um viés interpretativista, com base na análise de narrativas de fiéis a ela alinhados. Para além disso, julgo que este trabalho, fruto de pesquisa realizada por mim, adepto do cristianismo pentecostal, somará significativos entendimentos/conhecimentos ao que já foi dito sobre o assunto até os dias de hoje uma vez que,

embora familiaridade não seja igual a conhecimento científico, é fora de dúvida que representa também um certo tipo de apreensão da realidade, fazendo com que as opiniões, vivências, percepções de pessoas sem formação acadêmica ou sem pretensão científica possam dar valiosas contribuições para o conhecimento da vida social, de uma época, de um grupo (VELHO, 1978, p.43-44).

Dessa forma, o fato de textos clássicos como os de Mariano (1996; 1999) sobre a TP e sua relação com o pentecostalismo apresentarem um tom crítico (quase irônico) relativamente à prática da devolução dos dízimos deve-se não somente à influência do social sobre a construção da realidade mas também à íntima relação entre o pesquisador e o que é pesquisado (...) e à natureza repleta de valores de qualquer tipo de investigação (DENZIN E LINCOLN, 2006).